

# **A ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA E A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DAS INFLUÊNCIAS EDAFOCLIMÁTICAS.**

**Pedro Schmidt de Brito<sup>1</sup>**  
**Nilson Souza Oliveira<sup>2</sup>**  
**Lucas Sena Barros Irmão<sup>3</sup>**  
**José Raimundo Oliveira Lima<sup>4</sup>**

## **RESUMO**

As atividades do setor agropecuário têm uma forte ligação com questões regionais. A posição geográfica de uma determinada propriedade influi diretamente na atividade produtiva, pois a sua localização está atrelada ao tipo de solo e ao regime climático. As relações entre variáveis climáticas e ambientais impactam diretamente na escolha de diferentes cultivos e criações a serem implementadas na unidade produtiva. Dessa forma, analisar os aspectos climáticos e os atributos edáficos de um determinado local é crucial para compreender a tradição produtiva da agricultura e/ou pecuária de um território, assim como o processo de territorialização da produção. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo discutir as influências edafoclimáticas na formação do cooperativismo dentro da atividade agropecuária, visando apresentar um panorama vivenciado por algumas cooperativas do estado da Bahia. A metodologia que ampara essas discussões denota-se dos trabalhos da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS-UEFS, 2011), os preceitos da pesquisa-ação apresentados por Thiourent (2011), bem como a utilização das matérias do programa televisivo Rural Produtivo (TVE-BA, 2021) como fonte alternativa de dados e informações para subsidiar a análise de algumas cooperativas baianas que exemplificam a abordagem do presente trabalho. Como resultado, foi possível notar a existência de influência da aptidão climática e das condições edáficas de certos territórios, nas atividades produtivas de algumas cooperativas agropecuárias, visto que essas características edafoclimáticas garantem qualidade diferenciada aos produtos agropecuários, o que agrega valor e promove uma potencialização na comercialização dos mesmos.

## **INTRODUÇÃO**

O cooperativismo nasce no período da Revolução Industrial da Inglaterra, em meados do século XIX, dentro de um contexto de luta dos operários contra más condições de trabalho nas fábricas inglesas onde diversas questões – jornadas de trabalho abusivas; baixos salários; desemprego gerado pela substituição da força de trabalho humana pelas máquinas; etc. – culminaram na formação da Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, a “mãe das cooperativas” criada pelos trabalhadores que viram na união da

---

<sup>1</sup>Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: brito.ps@outlook.com

<sup>2</sup>Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: nilsin1011@gmail.com

<sup>3</sup>Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: lucasirmao.agro@gmail.com

<sup>4</sup>Docente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: zeraimundo@uefs.br

classe e na organização cooperativa, a alternativa para solucionar esses problemas (BRAGA, 2001; RIBEIRO & MELO, 2020). Segundo Santos (2002) esse novo modelo organizativo rompia com a lógica competitiva imposta pela burguesia dominadora do capital e promovia a cooperação como valor norteador, reverberando em inúmeros ganhos coletivos, em especial na emancipação econômica da classe. A partir da raiz histórica do cooperativismo, fica claro que o papel da cooperativa é fazer com que um agrupamento de pessoas alinhadas numa atividade econômica com interesses em comum, se organizem coletivamente, para alcançar determinados objetivos que beneficiem a coletividade.

Esse processo de organização cooperativa é extremamente comum dentro do meio rural. A maioria dos produtores busca na associação cooperativa uma forma de atender suas demandas e otimizar sua atividade, principalmente pela viabilização do acesso desses produtores ao mercado, à assistência técnica, ou à programas e políticas públicas destinadas a essas entidades organizativas (NEVES et al., 2019).

Ainda de acordo com Neves et al. (2019), é notório que as cooperativas agropecuárias são formadas com a finalidade de proporcionar aos agentes das atividades agropecuárias a formação de uma associação com natureza jurídica que tenha habilidade para dar acesso a um mercado mais amplo, inclusive, o internacional, para escoar a produção; fazer investimentos com riscos reduzidos em ações conjuntas; possibilitar um maior poder de barganha para os produtos; acessar tecnologias e insumos via Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) dentre outras vantagens.

Todas essas possibilidades de vantagens em relação às atividades do cooperativismo agropecuário são muito oportunas, visto que as atividades agrícolas e pecuárias são altamente dependentes e suscetíveis a fatores ambientais, como as variáveis climáticas (temperatura, umidade relativa do ar, pluviosidade, radiação solar, etc.) e a condição de fertilidade do solo que se relaciona com suas propriedades químicas, físicas e biológicas. Essa vulnerabilidade a aspectos ambientais incide no sistema de produção e cultivo e acaba por influenciar também, no modelo socioeconômico adotado (LIMA, 2002).

As atividades do setor agropecuário tem uma forte ligação com questões regionais. A posição geográfica de uma determinada propriedade influi diretamente na atividade produtiva, pois a sua localização está atrelada ao tipo de solo e ao regime climático. Segundo Monteiro et al (2009), as relações entre variáveis climáticas e ambientais impactam diretamente na escolha de diferentes cultivos e criações a serem implementadas na unidade produtiva. Dessa forma, analisar os aspectos climáticos e os atributos edáficos

de um determinado local é crucial para compreender a tradição produtiva da agricultura e/ou pecuária de um território, assim como o processo de territorialização da produção.

Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo discutir as influências edafoclimáticas na formação do cooperativismo dentro da atividade agropecuária, visando apresentar um panorama vivenciado por algumas cooperativas do estado da Bahia.

Esta pesquisa tem origem nas discussões durante a disciplina CIS 380 Associativismo e Cooperativismo do Curso de Graduação em Agronomia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a partir da organização dos seminários temáticos do semestre 2021.1 sob a orientação síncrona e assíncrona do professor, com sustentação teórica em referências da área do cooperativismo/organização cooperativa, agropecuária, meio-ambiente, climatologia e condições edafoclimáticas para a agropecuária. A metodologia que ampara essas discussões denota-se dos trabalhos da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS-UEFS, 2011), dos preceitos da pesquisa-ação apresentados por Thiourent (2011), bem como da utilização de três matérias do programa televisivo Rural Produtivo (TVE-BA, 2021) que foram selecionadas do acervo virtual de 26 matérias disponibilizadas no canal do YouTube da emissora, como fonte alternativa de dados e informações para subsidiar as análises do presente trabalho, sendo que o critério de seleção adotado foi o de selecionar as matérias cujo conteúdo fosse dirigido às cooperativas baianas que exemplificam a abordagem analítica deste estudo, isto é, aquelas que informem características das cooperativas e do território em questão.

Com efeito, além dessa introdução e das considerações finais, este trabalho compõe-se dos seguintes eixos temáticos: i) a organização cooperativa e o cooperativismo: princípios e práticas; ii) a atividade agropecuária em sua diversidade de tipologias organizativas e entre elas o cooperativismo e iii) a influência das condições edafoclimáticas para as atividades do cooperativismo agropecuário.

## **A ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA E O COOPERATIVISMO: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS.**

As cooperativas são alinhadas ou orientadas com base em princípios que levam à prática de valores que fundamentam esse tipo de organização, como cooperação, solidariedade e ajuda mútua. Segundo Ribeiro e Melo (2020), tais preceitos partem dos ideais que regem o estatuto da cooperativa de consumo de Rochdale (1844) – a cooperativa pioneira – baseando-se e dividindo-se, esses princípios cooperativistas em sete classificações, que são conhecidas como “regras de ouro”, ou seja, normas que moldam e

orientam os cooperados a partir de definições, com intuito de alinhar e orientar as cooperativas. As regras de ouro são tituladas e classificadas como: 1) Adesão livre; 2) Gestão democrática; 3) Participação Econômica; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação e; 7) Interesse pela comunidade.

Em detrimento do mantimento aderente à dinâmica social, foram reconsiderados ou revisados novos modelos cooperativos, que ao passar dos anos vieram agregar ao cooperativismo, suas características de princípios, sendo reformulados nos anos de 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester), sendo que esta última reformulação tem os princípios que até os dias atuais são considerados como as diretrizes fundamentais para a continuidade do movimento em qualquer parte do mundo. Vale ressaltar que todas as reformulações foram determinadas pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI (RIBEIRO & MELO, 2020).

No Brasil, o marco legal para a sociedade cooperativa é a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, alterada pela Lei nº 6.981, de 30 de março de 1982, que definiu a política nacional do cooperativismo e instituiu regime jurídico dessa tipologia organizativa. A partir desse marco pode-se entender a cooperativa como uma associação independente com número ilimitado de associados que se ligam voluntariamente, com um objetivo econômico comum e que apresenta variabilidade do capital social que é representado por quotas-partes com uma limitação quantitativa por associado (facultado o critério de proporcionalidade) garantido o direito de voto singular. A cessão dessas quotas-parte não pode ser feita de forma arbitrária a terceiros estranhos à sociedade, tendo em vista o cumprimento do seu quarto princípio, que trata da autonomia e independência. Em caso de necessidade de cessão é preciso haver uma convocação de assembleia geral que depende de um quórum mínimo para ser realizada, com base no número de associados e não no capital.

Ainda nesse contexto sobre o que rege a legislação das cooperativas, é válido ressaltar que é característico dessa tipologia organizativa destinar as sobras líquidas da atividade econômica proporcionalmente às operações realizadas pelos associados, sempre mantendo fundos de reserva de caráter indivisível com intuito de reparar eventuais perdas operacionais e de atender o desenvolvimento interno da cooperativa, principalmente, no que diz respeito à formação, educação e informação, como é o caso do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) que se faz aplicar o quinto princípio cooperativista. Outros dois atributos da cooperativa via legislação são: a neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial, social e de gênero e a limitação para admitir

novos associados nas áreas de atuação, cabendo a possibilidade desses novos membros participarem das reuniões e atuarem na prestação de serviços, nas operações e no controle das atividades (BRASIL, 1971).

Para melhor compreensão da sua função em meio a sua cooperativa, o cooperado deve exercer o seu papel, procurando entender e praticar os princípios cooperativistas supracitados na realização de suas atividades. Vale ressaltar o relevante valor social dos cooperados principalmente para a estrutura democrática, para se ter a ideia de que o capital passa a ser classificado como um instrumento para realização de seus objetivos e não um elemento determinante de sua constituição. A Lei nº 5764/71 apresenta em sua definição o artigo 4º, que admite os princípios cooperativistas como guia para existência das mesmas, esclarecendo as evidentes diferenças que essas organizações têm se comparadas a outras tipologias organizativas (BRASIL, 1971).

## **A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA EM SUA DIVERSIDADE DE TIPOLOGIAS ORGANIZATIVAS E ENTRE ELAS O COOPERATIVISMO.**

A atividade agropecuária na perspectiva das ciências econômicas, ainda carece de trabalhos avaliando a influência das diferentes tipologias organizativas dentro do setor, em especial com uma abordagem sobre a estrutura econômica e as consequências do ponto de vista produtivo. Existem estudos sobre o impacto econômico que as cooperativas trazem em relação às variáveis produção agrícola total e PIB, entretanto, tais dados não consideraram as cooperativas interagindo com outras tipologias organizativas em função da especificidade produtiva na agricultura brasileira.

De acordo com Bonus (1986), Sexton (1986), Staatz (1987), Hansmann (1988, 1996), Sexton & Iskow (1988), Bialoskorski Neto (2000) e Valentinov (2007), conforme citado por Neves et al. (2019), a literatura relativa à economia das organizações explica a existência das cooperativas agropecuárias por sua habilidade de engendrar economias de escala; acessar novos mercados, inclusive internacionais; reduzir custos por meio da integração vertical; diminuir riscos em ações conjuntas; possibilitar aos cooperados acessar e adotar tecnologias e insumos via serviços de assistência técnica e permitir aos associados desenvolver poder de barganha por melhores preços.

Conforme os registros citados no Sistema-OCB (2020) em 1980, o esfriamento da economia brasileira nesse período desestruturou as políticas públicas atreladas ao cooperativismo. Somado a isso, as demandas por práticas de gestão tidas como modernas

levou ao fim de várias cooperativas agropecuárias. Após superarem momentos mais agudos de crise nas décadas de 1980 e 1990, as cooperativas brasileiras vinculadas às atividades agropecuárias formam atualmente, um dos mais proeminentes ramos do cooperativismo, retomando o papel relevante na coordenação de muitos aspectos da cadeia agroalimentar.

Atualmente, o ramo da agropecuária engloba cooperativas que promovem a produção de bens de consumo e a prestação de serviços ligados às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, estando presente em diversas cadeias produtivas de grãos, oleaginosas, fibras, lácteos e carnes. Em 2019, o ramo agropecuário somou 1.223 cooperativas, com mais de 992 mil cooperados, gerando 207 mil empregos (SISTEMA-OCB, 2020). Nesse sentido, é importante ressaltar a existência de diferenças entre os empreendimentos agropecuários vinculados ao agronegócio que se configuram como sociedades empresariais e as cooperativas agropecuárias que são sociedades cooperativas. Enquanto a primeira modalidade, se estrutura numa sociedade de capital com finalidade meramente econômica que visa o lucro para os sócios-proprietários, promove a relação empregatícia de exploração de força de trabalho dos empregados com estímulo à competição e ao individualismo, a segunda modalidade se estrutura numa sociedade de pessoas com compromisso econômico e educativo, que não objetiva lucro, mas sim a divisão justa e proporcional das sobras líquidas resultantes das atividades laborais dos cooperados, promovendo e estimulando a integração, a cooperação e a solidariedade (NETO, 2007).

## **A INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES EDAFOCLIMÁTICAS PARA AS ATIVIDADES DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO.**

Algumas cooperativas centralizam as atividades agropecuárias na cadeia produtiva de culturas que têm aptidão às condições de clima e solo de determinado local, a exemplo da Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã (COOPIATÃ) que surgiu da iniciativa de cafeicultores da agricultura familiar de Piatã na Chapada Diamantina que conta com um clima frio, com temperatura média anual de 19,7 °C e regime pluvial de 809 mm de chuva ao ano. Além disso, as lavouras de café do município situam-se em altitudes entre 1.260 a 1400 metros acima do nível do mar que é a chave para esse clima ameno e adequado para a cafeicultura. A aptidão climática e as condições de fertilidade potencial do solo desse território garantem qualidade diferenciada aos grãos que dão origem aos cafés

especiais e gourmet de alto valor agregado e de grande comercialização em todo o estado (TVE-BA, 2021).

Na região da Bacia do Rio Grande, que engloba 17 municípios, pequenos produtores rurais notaram que os pequenos laticínios da região não absorviam toda a produção de leite e, levando isso em conta, fundaram a associação ProLeite, com objetivo de vender diretamente nas grandes redes consumidoras. Posteriormente, passaram a integrar à Cooperativa dos Produtores de Leite do Oeste da Bahia (COOPERLEITE) que, dentre outras funções, se encarrega de colocar o leite nos padrões de venda e comercialização e escoar a produção dos pequenos pecuaristas da região. Os produtores da ProLeite conseguiram com isso adquirir equipamentos para cultivo de alimentos para o gado, máquinas de armazenamento de leite e depois melhoraram a genética do rebanho bovino dos associados. Numa região relativamente extensa, o clima varia do tipo úmido (com chuvas anuais superiores a 1700 mm) no extremo oeste da região, ao clima semiárido (com chuvas anuais inferiores a 800 mm) junto à calha do Rio São Francisco; ocorrendo no seu trecho médio os tipos: úmido a subúmido e subúmido a seco, com predominância deste último em 32% da área (INEMA, 2008). Essa variedade climática é adequada para criação de bovinos leiteiros de diferentes raças de acordo com o clima mais propício e, além disso, a disponibilidade de alimentação adequada para esses animais também é variável, tendo em vista que cada clima se adequa de maneira mais interessante a diferentes tipos de forrageiras, concentrados energéticos e concentrados proteicos necessários à adequada nutrição desses animais, e que são fornecidos a eles pelos pequenos pecuaristas com as pastagens ou com a ração (TVE-BA, 2021).

Situada no município baiano de Itaberaba, cidade que fica a 285 quilômetros da capital do estado, Salvador, a Cooperativa dos Produtores de Abacaxi de Itaberaba (COOPAITA), expressa uma grande participação na atividade produtiva da fruta na região. A competência dos produtores, aliados a um clima favorável para produção e comercialização do abacaxi, resultou em expressivos números que favorecem a continuidade das atividades agrícolas e o mantimento de lucros para o grupo de cooperados locais. A Coopaita tem sua data de fundação no ano de 2003, e desde então atende a várias famílias que vivem na região. No ano de 2013, foi feito um levantamento que apresentava uma quantidade de 140 famílias presentes nas atividades da cooperativa. Toda a produção da cultura é realizada através do modelo de sequeiro, que não utiliza irrigação. Devido a isso, os produtores de Itaberaba dependem diretamente dos fatores climáticos para alcançar o sucesso produtivo (TVE-BA, 2021).

Baseando-se nessa perspectiva são fomentadas estratégias para melhorar o desenvolvimento da produção do abacaxi na região, que se apresenta a uma altitude de 266 metros acima do nível do mar e onde o clima predominante é conhecido como “clima de estepe local”. Ao longo do ano existe pouca pluviosidade (média anual de 528 milímetros na quantidade de chuvas) e a temperatura média anual é de 24,7 °C. O mês em que há maior predominância de seca é setembro, com apenas 20 mm de média para precipitação pluviométrica. Sua maior concentração de precipitação ocorre em janeiro, com média de 76 milímetros de chuva. O mês de março é o mais quente do ano, com temperatura média de 26,4°C, já julho apresenta a menor média na temperatura, com 22,1 °C. A variação entre a precipitação do mês mais seco e a do mês mais chuvoso é de 56 mm (CLIMATE-DATA.ORG, 2019).

O solo predominante na região de Itaberaba é o Luvissole, uma classe de solos que compreende perfis não hidromórficos, ou seja, relevo plano ou suavemente ondulado, apresentando horizonte B textural com argila de atividade alta e saturação por bases alta, prontamente abaixo de horizonte A ou horizonte E, variando de bem a imperfeitamente drenados, com baixa profundidade de 60 a 120 centímetros. Essa classe de solos pode ou não mostrar pedregosidade na parte superficial, com características sódicas na parte subsuperficial (EMBRAPA, 2006). O Luvissole é naturalmente bem permeável - boa drenagem e aeração - e quimicamente fértil - tem boa saturação por bases, alumínio baixo ou nulo e quantidade expressiva de argilominerais 2:1, a exemplo das esmectitas (MELO & ALLEONI, 2019). Sendo assim, trata-se de um solo com um considerável potencial agrícola, principalmente nas áreas menos declivosas onde é possível cultivar pomares de culturas frutíferas como é o caso do abacaxi na região de Itaberaba.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da atividade agropecuária sob a ótica das ciências sociais com enfoque para o cooperativismo demanda novos trabalhos a fim de elucidar de que maneira as tipologias organizativas impactam na estrutura e na produção do setor agropecuário, em especial com uma abordagem sobre a dinâmica do território-trabalho na construção e na estrutura das diferentes esferas produtivas dentro desse ramo.

O aparato da pessoa jurídica na figura da cooperativa tem como uma de suas finalidades, a busca por preços economicamente justos sobre os bens produzidos, já que a estrutura do mercado abre margem para interferência de intermediários - no setor

agropecuário na figura dos “meeiros” - que prejudicam o poder de barganha tanto dos produtores quanto dos consumidores, principalmente, os produtores que se lançam como sujeitos individualizados. Organizados como sujeitos dentro de uma pessoa jurídica que promove a integração, a solidariedade, a ajuda mútua e a promoção da igualdade entre os associados, a inserção no mercado se dá de forma mais vantajosa tanto para eles, como para os consumidores que são contemplados com produtos de maior valor agregado e com preços mais justos.

A sabedoria popular e tradicional se guia por aspectos naturais e empíricos, que ao longo do tempo nortearam a escolha mais adequada das atividades agropecuárias, visando a otimização de recursos e a eficiência produtiva, ainda que de forma inconsciente em muitos casos. Isso consolidou diversos territórios como sendo regiões propícias a determinadas atividades que se adequaram melhor àquelas condições impostas pelo fator geográfico/climático.

Dito isto, é consenso que existe uma relação entre as condições ambientais de um local, em especial suas propriedades edáficas (de solo) e climáticas com as atividades das cooperativas agropecuárias, visto que algumas delas centralizam suas cadeias produtivas de acordo com as culturas ou criações que historicamente mais se adéquam a essas características edafoclimáticas, já que essas condições propícias garantem qualidade diferenciada aos produtos agropecuários que têm um valor agregado maior, o que acaba por potencializar a sua ampla comercialização.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, C. F. **Cooperativismo**: noções. 4. ed. S.l., [s.n.], 2001.

BRASIL, **Lei Federal nº 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 16 de dezembro de 1971, p. 10354-10371. Brasília, 1971.

CLIMATE-DATA.ORG, **ItaberabaClima (BRASIL)**. ECMWF Data & OpenStreetMap contributors, 2019 <<https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/bahia/itaberaba-43392/>> Acesso em 12/04/2021.

EMBRAPA, **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 2. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006.

INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – IEPS/UEFS. **Carta de**

**Princípios**, 2011. Disponível em: <<http://incubadorauefs.blogspot.com.br/p/carta-de-principios.html>> Acesso em 15/03/2021.

INEMA, **CBH Grande**: caracterização da bacia. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CBHG, 2008. Disponível em <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-grande>> Acesso em 26/04/2021.

LIMA, M. A. **Agropecuária brasileira e as mudanças climáticas globais**: caracterização do problema, oportunidades e desafios. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n. 3, p.451-472, set./dez. 2002.

MELO, V. F. & ALLEONI, L. R. F. (ed.). **Química e Mineralogia do Solo**: conceitos básicos e aplicações. Fortaleza: SBCS (Sociedade Brasileira de Ciência do Solo), 2019. 1380 p.

MONTEIRO, J. E. B. A. et al. **Agrometeorologia dos cultivos**: o fator meteorológico na produção agrícola. Brasília: INMET, 2009. 530 p.

NETO, S. B. **Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 45(1), 119-138. Rio de Janeiro, 2007.

NEVES, M. C. R.; CASTRO, L. S.; FREITAS, C. O. **O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira**: uma análise econométrica espacial. Revista de Economia e Sociologia Rural, 57(4), 559-576. Rio de Janeiro, 2019.

RIBEIRO, J. X. P.; MELO, A. A. DE O. Princípios cooperativistas na percepção dos associados: estudo de caso em uma cooperativa de crédito de Minas Gerais. **Latin American Journal of Development**, v. 2, n. 1, p. 2-23, 17 Aug. 2020.

SANTOS, B.S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.11.

SISTEMA-OCB, **Anuário de Cooperativismo Brasileiro**. Brasília, 2020.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TVE-BA. **Matérias do Rural Produtivo**. 19 vídeos. Publicado pelo canal TVE-BA, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/a04SaTmZsgM>. Acesso em: 08 abr. 2021.